



Açã vi conter avanço do desmatamento na Amazônia

## Estudo propõe ampliar proteção legal no entorno de terras indígenas

Um estudo publicado na revista científica Nature Sustainability aponta que a criação de proteção legal para as áreas localizadas ao redor das terras indígenas pode ser uma estratégia decisiva para conter o avanço do desmatamento e das atividades ilegais na Amazônia. A pesquisa analisou a Terra Indígena Vale do Javari, no oeste do Amazonas, e identificou uma diferença expressiva entre a conservação da floresta dentro do território demarcado e a degradação registrada em seu entorno. Em 2022, o desmatamento em uma faixa de até 200 quilômetros ao redor da terra indígena foi 187,5 vezes maior do que o observado no interior da área protegida. Embora os índices de desmatamento tenham apresentado redução em 2023 e 2024, os pesquisadores destacam que os níveis permanecem superiores aos registrados nas décadas anteriores.

### Ouvidores debatem atuação institucional

O Ministério Público do Estado do Amazonas participou da 80ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União, realizada em Salvador. O encontro reuniu representantes de todo o país para discutir o fortalecimento das ouvidorias, a troca de experiências e o aperfeiçoamento dos canais de atendimento à população. A programação também abordou propostas para ampliar a transparência, o acesso aos serviços.



Encontro promoveu debates sobre direitos fundamentais

### Companhia amplia ligações aéreas no Norte

A linha aérea Azul ampliará, a partir de setembro, a oferta de voos entre Rondônia e Mato Grosso. As mudanças incluem as rotas entre Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena com destino a Cuiabá, que passarão a contar com mais frequências semanais. A medida busca aumentar a disponibilidade de assentos e oferecer mais opções de horários para passageiros que viajam entre os 2 estados. Segundo a empresa, a ampliação faz parte de um plano para reforçar a conectividade entre Rondônia e Mato Grosso.

### Atuação jurídica amplia alcance

A Defensoria Pública do Tocantins realizou, em média, mais de 700 atendimentos jurídicos por dia em todo o estado. Os serviços incluem orientação, ações judiciais e extrajudiciais, além de assistência gratuita à população. Os dados mostram a demanda pelos serviços e o alcance da instituição. Qualquer pessoa com renda individual mensal de até 2,5 salários mínimos pode ser atendida pelo órgão.

### Fera

A AgroBV 2026 começa em Roraima, com expectativa de receber 80 mil visitantes e movimentar mais de R\$ 100 milhões em negócios. A programação segue até domingo no Centro de Difusão Tecnológica e reúne exposição de máquinas, agricultura familiar, tecnologias para o campo, gastronomia e atividades voltadas ao setor agropecuário.

### Editais

A Universidade Federal do Tocantins publicou o edital do processo seletivo Extravestibular para preencher vagas remanescentes em cursos de graduação presenciais. A seleção contempla transferência interna, transferência externa, reingresso e ingresso de portador de diploma. As inscrições e o cronograma seguem as regras do edital.

### Investigação

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Tocantins solicitou ao Ministério Público a apuração de um possível caso de racismo religioso institucional em Palmas. O pedido foi motivado por denúncia de recusa de atendimento em um espaço de matriz africana durante visita de uma servidora do CRAS.

### Reunião

O Ministério Público do Estado do Pará promoveu reunião para discutir os impactos da Avenida Liberdade sobre a fauna silvestre em Belém. O encontro reuniu órgãos públicos e especialistas para avaliar medidas de proteção durante a execução da obra. O objetivo é acompanhar o licenciamento ambiental e definir ações.

### Estudo

O Ministério Público do Estado do Amapá realizou mais uma edição do projeto Caminhos para a Paz, voltado a homens autores de violência doméstica. A iniciativa promove encontros para estimular a reflexão sobre responsabilidades e resolução de conflitos. A ação integra as medidas de enfrentamento à violência contra a mulher.

### Educação

O Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas promove, até hoje, o I Foro de Microcosmos de Inovação, em Benjamin Constant. O evento reúne representantes de instituições do Brasil, Peru e Colômbia para discutir cooperação em ciência, tecnologia e inovação. A programação prevê assinatura de acordos, painéis.



A Recomendação é direcionada ao Sindicato Rural de Castanhal

# Ministério Público do Pará define novas regras para rodeio

Reconhecimento da prática pelo Iphan foi citado em ação sobre emissário

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) reforçou as exigências para a realização do rodeio com touros da 57ª edição da Expofac 2026, em Castanhal, e estabeleceu uma série de medidas voltadas ao cumprimento da legislação de proteção e bem-estar animal. A atuação ocorre por meio do Núcleo de Defesa dos Direitos dos Animais (NU-DAN), que acompanha a preparação do evento e fiscaliza o atendimento às normas federais e estaduais aplicáveis às competições com animais.

As determinações fazem parte do acompanhamento conduzido pela promotora de Justiça Maria José Vieira de Carvalho Cunha, responsável pela instauração de inquérito civil para verificar as condições em que o rodeio será realizado. O procedimento busca assegurar que organizadores e responsáveis adotem medidas compatíveis com a Constituição Federal, a legislação específica sobre rodeios e o Código Estadual de Defesa Animal do Pará.

Entre as exigências reforçadas pelo Ministério Público estão a apresentação de documentação referente às condições sanitárias dos animais, comprovantes de vacinação, transporte adequado, manejo compatível com a le-

gislação e acompanhamento permanente por médicos-veterinários durante toda a programação. Também devem ser adotadas medidas para prevenir maus-tratos, lesões e situações que possam provocar dor ou sofrimento aos animais utilizados nas montarias.

O MPPA também acompanhará as condições de permanência dos touros no recinto da exposição, verificando instalações, alimentação, fornecimento de água, procedimentos de embarque e desembarque e demais aspectos relacionados ao bem-estar animal. A fiscalização alcança tanto os organizadores do evento quanto os proprietários dos animais e o poder público responsável pelo licenciamento e acompanhamento da programação.

Segundo o órgão, o cumprimento das normas previstas na Lei nº 10.519/2002, que regulamenta os rodeios, na Lei nº 13.364/2016, na Lei nº 15.008/2024 e na Lei Estadual nº 9.593/2022 será acompanhado durante todas as etapas do evento. O procedimento considera ainda a vedação constitucional de práticas que submetam animais à crueldade e a responsabilidade solidária dos envolvidos na organização da competição.